

Um saber insurgente ao sul do Equador

Richard Miskolci*

RESUMO: Neste artigo, exploro o que faz dos estudos queer parte do conjunto de saberes insurgentes que passaram a problematizar a produção científica disciplinar por meio das diferenças. Início com uma análise histórica da passagem das ciências às disciplinas até a insurgência dos saberes sujeitados no final da década de 1960. Depois discuto a especificidade da Teoria Queer entre os saberes das diferenças. Por fim, analiso as condições em que criamos um saber queer no Brasil: externamente, sob uma economia-política do conhecimento que privilegia a produção do Norte e, internamente, sob a pressão disciplinar e normalizadora de nosso contexto acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: estudos queer; economia-política do conhecimento; saberes das diferenças

ABSTRACT: In this paper, I explore what makes queer studies part of that set of insurgent knowledges that started to question scientific production through differences. I start with a historical analysis of the passage from sciences to disciplines until the event of the insurgence of subjugated knowledges in the end of 1960's. After that, I discuss the specificity of Queer Theory among the knowledges of differences. Finally, I analyse the conditions in which we create a queer knowledge in Brazil: externally, under a political-economy of knowledge that still privileges the North production and, internally, under the disciplinary and normalizing pressure of our academic context.

KEYWORDS: queer studies; political-economy of knowledge; knowledge of differences

RESUMÉN: En este artículo, voy a explorar lo que hace que los estudios queer hagan parte del conjunto de conocimientos insurgentes que comenzaron a cuestionar la producción científica disciplinaria a través de las diferencias. A partir de un análisis histórico que va desde el pasaje de las ciencias a las disciplinas hacia la insurgencia de los saberes sujetos en el final de la década de 1960. Luego discuto la especificidad de la Teoría Queer entre los saberes de las diferencias. Por último, analizo las condiciones en que creamos un saber queer en Brasil: externamente, bajo una economía-política del conocimiento que privilegia la producción del Norte e, internamente, bajo la presión disciplinaria y normalizadora de nuestro contexto académico.

PALABRAS-CLAVE: estudios queer; economía-política del conocimiento; saberes de las diferencias

A Teoria Queer é um daqueles saberes que emergiram no movimento histórico que Michel Foucault definiu como sendo a “insurgência dos saberes sujeitados”. Trata-se de um movimento em processo e negociação na esfera acadêmica constituída no modelo do pensamento disciplinar vinculado à formação profissional. Em outras palavras, a Teoria Queer só pode ser compreendida quando situada como parte de uma inflexão histórica recente na maneira de produzir conhecimento, aquela que vinculou o saber às demandas políticas de grupos historicamente subalternizados por suas diferenças de gênero, sexualidade e/ou raça.

Com isso em mente, é necessário recapitular criticamente a formação das ciências sociais para compreender como é principalmente em relação a elas, nos

* Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar/Pesquisador do CNPq.

países centrais, que saberes outros passam a se insurgir desde o final da década de 1960. De forma geral, entre o final do século XIX até o presente, é possível reconhecer ao menos três inflexões históricas na produção do conhecimento sobre o social. Considero aqui inflexão o momento em que a relação entre saber e poder é reconfigurada ou, melhor, abalada e transformada a partir das lutas políticas de cada época.

As três inflexões que abordarei brevemente na primeira parte do artigo são: a emergência de uma ciência do social vinculada aos interesses de elites intelectuais, políticas e econômicas na Europa do final do século XIX; depois, nos Estados Unidos do Entre-Guerras, sua reconfiguração como ciências sociais na expansão da formação acadêmico-profissional das classes-médias brancas e heterossexuais associadas a interesses estatais e mercadológicos e, por fim, no terço final do século XX, a insurgência dos saberes sujeitados vinculados às demandas da sociedade civil organizada na forma de movimentos sociais.¹

A partir desta breve digressão histórica, na segunda parte do artigo, apresentarei uma análise sobre o que há em comum nesses saberes insurgentes. Minha interpretação é a de que compõem, a despeito de tudo o que os distancia, um conjunto de saberes das diferenças. Tratam-se de vertentes de conhecimento que tensionam e até mesmo colocam em xeque o que constituiu, por décadas, o que a teoria social definia como *a sociedade* ou *a cultura*.

O tensionamento acima mencionado se dá por meio da ênfase nos eixos de diferenciação social que – historicamente – constituíram formas de desigualdade como o sexismo, o racismo e o heterossexismo. No que toca à contribuição que a esse conjunto de saberes, sublinharei a forma como ela traz ao centro da análise o que antes nem era considerado parte da vida social ou, para ser mais preciso, lhe constituía pelas bordas, como um exterior marginalizado sem o qual o hegemônico não poderia existir tampouco ser objeto privilegiado de conhecimento.

Na última parte do texto, focarei no desafio presente de enfrentar a hegemonia do Norte na produção de teorias sociais e em sua disseminação assim como a pressão disciplinarizante em nosso próprio país. Apresentarei algumas críticas internas às

¹ Alguns analistas europeus os chamaram de novos movimentos sociais, pois é como se tivessem surgido após o operário, classificação eurocêntrica e parcial que deixa de reconhecer a existência histórica prévia de movimentos contra a escravidão em países como Brasil e Estados Unidos, movimentos anti-colonialistas em várias partes do mundo e a primeira onda do movimento feminista do século XIX na própria Europa. Em suma, os movimentos sociais da década de 1960 foram caracterizados não exatamente por serem “novos”, antes pelo fato de que, em conjunto, abalaram as formas institucionalizadas de representação política com demandas antes ignoradas (inclusive pelo movimento operário). Sobre o tema consulte Adelman, 2009.

disciplinas e suas propostas de reforma do conhecimento disciplinar contrastando-as com as que propõem superá-lo por meio de torções de formas hegemônicas na produção de conhecimento, as quais reconheço em saberes como os feministas, descoloniais e queer.

O objetivo deste artigo é apresentar alguns dos desafios que envolvem aqueles que investigam afinados com uma perspectiva queer, especialmente a partir do Sul Global, dentre os quais destaco a necessidade de refletir criticamente sobre a atual economia-política do conhecimento que mantém a hegemonia da Teoria Queer como um saber do Norte quer sobre as tentativas de fechar a área de pesquisa em sexualidade no Brasil dentro de um enquadramento disciplinar.

Três Inflexões na Produção do Conhecimento

Em sua instigante e provocativa obra intitulada *Southern Theory* (2007), Raewyn Connell reconstitui as relações entre a ascensão de uma ciência do social em fins do século XIX europeu e o contexto imperialista. Não por acaso, as ciências sociais emergiram em um momento histórico marcado pela ascensão e consolidação de um modelo de organização social e política que tinha na Europa, em particular na Inglaterra e na França, a quinta-essência da cultura “civilização” e do que se consolidaria como sendo *o Ocidente*.²

A ciência social conectava os interesses imperialistas europeus com os desejos das elites da parte colonizada do mundo de seguirem o caminho do progresso. O evolucionismo era uma linguagem comum cuja gramática garantia a hegemonia europeia ao mesmo tempo que acenava para o resto do mundo com a promessa de que, algum dia, tornar-se-ia como a metrópole. Na Europa e na América, sociologia e antropologia adquiriram autoridade e reconhecimento dando aura de neutralidade a uma visão de mundo comprometida com os interesses e as alianças entre elites dos dois lados do Atlântico, o que fatos como o fascínio brasileiro e mexicano pelo positivismo comprova. Uma aliança cultural e política entre elites de vários continentes adquiria status de ciência, mas era uma espécie de discurso público difundido pelas classes letradas, uma fonte de formação para os bacharéis, médicos e engenheiros que as formavam em países como o Brasil.

Este modelo de ciência do social não sobreviveu à Primeira Guerra e às crises que a sucederam. Segundo Connell, é no Entre-Guerras que esse primeiro ensaio de

² O primeiro capítulo de *Southern Theory* foi traduzido e publicado na *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar (2012).

constituição das ciências sociais é substituído por outro, mais poderoso e duradouro, nos Estados Unidos da América. É lá que, por volta da década de 1930, a sociologia cria seu mito originário atual e se transforma de um discurso político de elites modernizantes para uma especialização profissional, o que também se passou com a antropologia e a ciência política.

Nesse novo cenário em que as ciências se tornam especialização profissional de classes médias, que o projeto de uma ciência do social europeu novecentista é deixado para trás em uma crescente especialização associada às demandas do mercado de trabalho, no caso, vinculando pesquisa e práticas político-administrativas. Se a primeira sociologia conectava o mundo dito “civilizado” aos interesses das elites da parte colonizada do mundo, a segunda tendeu a se especializar na realidade dos países centrais. Isto era possível porque o culto do progresso como meio para chegar ao ideal de civilização europeu cedeu espaço a um culto da modernização. Um ideal euro-americano de modernidade se impôs com demandas de análises de seu funcionamento, mas também de receitas para atingi-lo, o que marcou fortemente a hegemonia de uma sociologia do desenvolvimento que tendia a moldar transversalmente todas as áreas de pesquisa sociológica.

Neste mesmo contexto, o estudo da periferia do mundo tendeu a ser associado à antropologia constituída como expertise autônoma e progressivamente adquirindo um mito de origem que buscava distanciá-la dos conhecidos compromissos colonialistas do passado. Estudar o Outro passa a ser progressivamente apresentado como compreender a alteridade e, em alguns contextos, talvez até mesmo protegê-la. Este saber sobre o outro, que “dá voz ao outro”, em geral fala por ele afirmando-se como a forma autorizada de discurso sobre a alteridade no mundo contemporâneo.

Por sua vez, a emergência da ciência política como outra especialidade se deu associada ao sistema democrático norte-americano e à demanda crescente de profissionais que permitissem seu funcionamento. Das três subdivisões de uma ciência do social, hoje revela-se a melhor sucedida em termos de mercado de trabalho no contexto americano, no qual o número de empregos disponíveis se relaciona diretamente com o número de estudantes em cada uma das três disciplinas/carreiras profissionais. De qualquer forma, a ciência política tendeu a perder espaço – no contexto norte-americano – para os estudos de áreas geopolíticas, ainda mais claramente relacionados aos interesses das relações internacionais dos Estados Unidos da América.

A tão cara oposição modernidade *versus* tradição se impôs não como um tema

dentro de uma análise objetiva, antes por causa de uma divisão do trabalho intelectual vinculada a interesses geopolíticos. Dentro de um momento histórico marcado pela crescente formação universitária das classes médias, as ciências sociais se autonomizaram dentro da ideologia do profissionalismo. De um discurso geral das elites intelectuais, políticas e/ou econômicas para uma expertise profissional das classes médias brancas e heterossexuais vinculada a interesses estatais e mercadológicos, a autoridade e o reconhecimento do que antes tendia a se cristalizar em discurso público ou ideologia de classe foi transferida para a ideologia profissional.

Cientistas sociais não escapam, tampouco são necessariamente conscientes de que são formados e desenvolvem seu trabalho vinculando sua atividade a uma concepção subjetiva de que ele tem uma origem nobre, uma missão presente e, para alguns, até mesmo algum objetivo maior. Profissionais dedicados e identificados com sua formação disciplinar tendem a encará-la como uma tradição consolidada da qual seriam herdeiros privilegiados ou, ainda, continuadores responsáveis por seu futuro. Imbuídos de uma compreensível necessidade de afirmação profissional, mitos de origem e tradições inventadas ganham densidade e contribuem para criar uma “segunda natureza”, um verdadeiro *ethos*. Para evocar um dos aclamados clássicos, Max Weber, a velha vocação religiosa retorna em embalagem contemporânea na forma da missão profissional.

O fato é que a criação das ciências no XIX é tão diretamente relacionada à gestação da moderna sociedade urbana, industrial e colonizadora quanto sua transposição para a esfera das profissões se relaciona à criação da moderna sociedade de massas, do social como esfera administrada e a substituição do colonialismo por formas de imperialismo mais sofisticadas, ainda que não menos eficientes. Nesse sentido, a ciência se tornou disciplina, não apenas uma forma mais organizada/institucionalizada de produção de conhecimento, mas também uma prática de si, formadora de subjetividades e delimitadora dos limites do pensável assim como discreta definidora do que permanece invisível e nas sombras.

A terceira e mais recente inflexão na produção dos saberes foi apontada por Michel Foucault ao sublinhar a relação entre saber e poder, a produção do conhecimento e os interesses que a regem. Em seu curso de 1976, *Em Defesa da Sociedade* (2000), abordou a insurgência dos saberes sujeitados a partir da década de 1960, mudança de eixo na produção do conhecimento em que sua obra se inseria como parte de um acontecimento maior e cujas consequências tornaram-se mais

claras apenas hoje em dia.

Segundo Foucault, saberes sujeitados é um termo que se refere a duas coisas. Primeiro, “blocos de saber históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pode fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição.” (2000, p. 11). Coerentemente, o filósofo francês afirma que mesmo dentro de ordens institucionais hegemônicas, é possível tentar a criação de conhecimento a partir de fontes e questões negligenciadas segundo os interesses dominantes.

Mas destaco sua outra definição de saberes sujeitados, quando acrescenta: “Por ‘saberes sujeitados’, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos.” (Op. Cit.: 12). Aqui o intelectual europeu formado em instituições de elite reconhece o saber dos que têm outra origem social, outra formação e, principalmente, como suas supostas insuficiências ou deficiências na produção do conhecimento poderiam ser um índice não de fraqueza teórico-conceitual ou metodológica, mas da falta de poder e, portanto, de autoridade e reconhecimento para o que criavam.

Não seria exagero identificar, entre estes saberes, a então emergente reflexão feminista da segunda onda, a ligada às demandas de direitos de grupos étnico-raciais subalternizados assim como o impulso despatologizante trazido à cena pelo emergente movimento homossexual no final da década de 1960. Tratavam-se de saberes que se distinguiam de versões anteriores da Teoria Crítica por sua sintonia com as transformações e demandas da sociedade civil organizada.³ Estas novas vertentes de produção de conhecimento foram herdeiras de anteriores, como o marxismo, a psicanálise e tentativas de as fundir, mas ganham formas em meio a uma reconfiguração do sistema acadêmico, das revoltas estudantis, das lutas por direitos civis em uma reivindicação de que o privado é político e o corpo e a subjetividade são parte da esfera do poder e não poderiam ser negligenciados na esfera de produção do conhecimento.

³ Historicamente, uma versão culturalizada do marxismo que passou a ser conhecida como Escola de Frankfurt ou Teoria Crítica buscou criar uma vertente de reflexão que resistisse à ascensão de um pensamento utilitário nas ciências sociais. Suas contribuições são muitas e, entre seus limites, destaca-se a descrença na sociedade civil, a qual, no contexto histórico de seus criadores, havia aderido ao fascismo na Europa e parecia quietista nos Estados Unidos da América. Outra vertente marxista culturalizada, os Estudos Culturais emergem, inicialmente na Inglaterra, em meio à ascensão dos movimentos sociais e das revoltas políticas da década de 1960. Sobre o ponto de viragem nesta década consulte os capítulos iniciais de *A Voz e a Escuta: encontros e desencontros entre a sociologia e a Teoria Feminista* (2009) de Miriam Adelman.

Ganharam relevância as questões das mulheres, homossexuais, negros, imigrantes das ex-colônias, prisioneiros, loucos, pessoas com deficiência, todos aqueles e aquelas que antes eram vistos como minorias ou anormais, mas que passam – progressivamente – a demandar direitos e questionar as disciplinas e suas teorias sobre eles/as. Exemplos são os de como as mulheres demandaram igualdade jurídica e direito de escolha sobre a concepção; homossexuais contestaram o diagnóstico médico que os qualificava de doentes; negros exigiram direitos civis no Sul dos Estados Unidos; o movimento anti-manicomial se expandiu; e a compreensão das “deficiências” físicas e mentais exigiu uma reconfiguração dos saberes, das instituições e, mais recentemente, a adaptação do espaço público às suas necessidades.

Ao menos inicialmente, as demandas dos movimentos sociais que protagonizaram as revoltas da década de 1960 fizeram eco na esfera acadêmica em uma chave identitária. Feministas pesquisavam em nome das mulheres, gays e lésbicas começaram a investigar as experiências homossexuais e os étnico-raciais o de negros, outros grupos racializados, imigrantes etc. De forma geral, aqueles que por tanto tempo haviam sido objeto de estudo passaram a ser sujeitos do conhecimento em uma inflexão histórica tão profunda quanto ainda pouco reconhecida tampouco suficientemente estudada em seus efeitos democratizantes na esfera científica.

A partir da década de 1980, alguns/mas pesquisadorxs dessas linhas emergentes de investigação começaram a problematizar a compreensível tendência inicial de “essencializar” identidades. Os estudos feministas passaram a discutir o conceito de gênero (Scott, 1989) e, até mesmo, se o sujeito do feminismo seria mesmo a mulher (Butler, 1990). Na esfera das pesquisas sobre sexualidade, por sua vez, a tendência de compreender homossexuais como minoria começou a ser questionada por abordagens influenciadas pelo que se convencionou denominar de pós-estruturalismo, em especial a obra de Derrida e Foucault. Emergia a corrente de estudos que hoje chamamos de Teoria Queer, criada predominantemente por pesquisadorxs que não pertenciam aos estudos gays e lésbicos, tinham um diálogo maior com o feminismo e estavam alocadxs não nas ciências sociais, mas nas humanidades.⁴

De forma muito geral, os estudos queer passam a questionar a premissa de que a heterossexualidade seria a ordem natural do sexo evidenciando seu caráter compulsório por meio da pesquisa e análise das relações de poder que a instituem como hegemônica. Assim, diferenciaram-se dos estudos minoritários que tendiam a

⁴ Na esfera acadêmica anglo-saxã, as ciências sociais não estão na mesma divisão das humanidades (filosofia, história, literatura, estudos culturais).

reproduzir o modelo essencializante dos estudos étnico-raciais na forma de pesquisas sobre homossexuais. Na perspectiva queer, a própria hegemonia heterossexual é objeto de investigação e análise crítica assim como a maneira como ela passa a moldar, na forma da heteronormatividade, as homossexualidades mais convencionais.

Além disso, a Teoria Queer também passou a expandir a compreensão das homossexualidades para além das identidades gays e lésbicas trazendo à cena as transexualidades, a intersexualidade e mesmo as sexualidades que borram a fronteira – sempre provisória e mutante – entre hetero e homossexualidade. Esse feito teve um duplo – e contraditório – efeito: ao mesmo tempo que permitiu um olhar desafiador ao enquadramento binário da sexualidade (hetero/homo) e dos gêneros (masculino/feminino) gerou uma expansão dos estudos identitários para além de gays e lésbicas, em especial os voltados para as transexualidades, retomando o caráter minoritário e possivelmente “essencializante” que marcou a emergência das pesquisas sobre homossexuais na década de 1970.

A despeito das divergências entre eles (e mesmo dentro de cada um), os saberes insurgentes contribuíram para uma mudança no eixo das análises sobre desigualdades, em especial nas ciências sociais. Assim, por exemplo, a agenda de pesquisa que lidava com relações étnico-raciais a partir de uma perspectiva que focava na inclusão dos negros, em especial no mercado de trabalho, passou a ser tensionada por outra, a da experiência da racialização e do racismo que criou a própria sociedade na qual esses estudos aventavam as razões para a sua “exclusão”. A que buscava compreender como viviam homossexuais passou a ser tensionada pela demanda de problematizar a heterossexualidade não como uma forma natural ou predominante socialmente, antes como o resultado de processos sociais compulsórios e relações de poder que subordinam, invisibilizam e recusam a homossexualidade.

É possível compreender os saberes que se insurgiram no terço final do século XX como saberes das diferenças, um conjunto heterogêneo de pesquisas, teorias e conceitos que colocaram em xeque o que a teoria social hegemônica compreendia como seu campo/objeto de estudo: a sociedade e a cultura. Eixos de desigualdade que desafiavam a moral corrente e iam muito além do da desigualdade econômica e de classe ganharam, de forma progressiva, e não sem muita luta acadêmico-política, maior relevância nas investigações sociais.

A seguir, focado na contribuição da Teoria Queer, buscarei explicitar como ela tensionou a própria forma de compreensão do social e da cultura sublinhando o papel do desejo e da sexualidade no estabelecimento dos limites do (re)conhecível, ao

mesmo tempo que pode ser conhecido e o que é digno de reconhecimento político.

O repúdio do desejo homossexual funda a cultura hegemônica

Michel Foucault interpelou o foco das ciências sociais por meio das sombras e dos marginalizados elegendo como objeto de estudo temas como a loucura, a violência e a sexualidade, mas foi Judith Butler (2004) quem evidenciou os limites do conhecimento feito dentro da esfera disciplinar. Refiro-me aqui à maneira como sua obra tem enfatizado o exterior constitutivo das pesquisas sociais, a esfera dos subalternizadxs ou, para ser mais claro, a da abjeção.

Abjeção, não por acaso, é um dos termos mais usados por teóricxs queer. Originário da psicanálise, foi transferido para a análise social por feministas como Julia Kristeva e pela antropóloga Mary Douglas. A abjeção designa aquilo que causa horror ou repulsa como se fosse poluidor e impuro a ponto do contato com aquilo ser temido como contaminador e/ou nauseante. O abjeto simboliza, ao mesmo tempo, perigo e poder, pois pode abalar concepções estabelecidas, ameaçar a ordem, daí coletividades unidas em concepções imaginárias sobre si mesmas buscarem segregá-lo em busca de proteção, leia-se da manutenção do *status quo* (Douglas, 2010, p.153).

A Teoria Queer sublinha que o desejo fora da norma heterossexual é uma das expressões do que perturba a ordem social, a qual passou a denominar de heteronormativa não apenas por pressupor a heterossexualidade e o desejo por pessoas do sexo oposto, mas também por estabelecer a heterossexualidade como padrão, inclusive, para aquelas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Tudo o que foge à norma é reconhecido como abjeto, recusado e – frequentemente – forcluído como fora dos limites do (re)conhecível, quer como objeto de conhecimento quer como digno de respeitabilidade moral e jurídica.

Kristeva, em *Pouvoir de l'horreur* (1982), sublinha a relação entre abjeto e obsceno, ou seja, entre o abjeto e o que uma sociedade prefere manter fora de cena, o que o olhar hegemônico busca manter invisível. Judith Butler foi ainda mais longe ao evidenciar que:

O que permanece “impensável” e “indizível” nos termos de uma forma cultural existente não é necessariamente o que é excluído da matriz de inteligibilidade presente no interior dessa forma; ao contrário, o marginalizado, e não o excluído, é que a possibilidade causadora de medo ou, no mínimo, da perda de sanções. (...) O “impensável” está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura *dominante*.” (2003, p.116-117, grifo da autora)

Em outras palavras, o “impensável” é apenas o saber marginalizado, excluído

da cultura dominante, mas plenamente realizável. Voltando à definição de Foucault, é possível afirmar que saberes críticos, contra-disciplinares, comprometidos com os marginalizados sociais eram subalternizados pelo saber hegemônico. Até que as condições sociais e históricas permitiram que se insurgissem e disputassem a autoridade que mantinha o monopólio do saber sobre a alteridade nas mãos de estabelecidos sociais.

Antes da insurgência dos saberes sujeitados vigoravam limites inquestionáveis para o pensável. Era como se o social fosse o que as teorias sociais definiam, espaços-temas vinculados a especialidades profissionais e do saber, mas que – hoje sabemos – também formavam uma divisão do trabalho vinculada a uma moral hegemônica, concepções de mundo e, sobretudo, a uma autoridade para pesquisar/saber. A disputa começou há décadas e vale lembrar como o então emergente movimento homossexual desafiou frontalmente o saber psiquiátrico no início da década de 1970, fato sem o qual a homossexualidade não teria sido retirada do manual de diagnóstico de doenças mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, DSM*).

Entre 1970 e 1973, ativistas gays, alguns deles também psiquiatras, manifestaram-se durante os encontros anuais da Sociedade Americana de Psiquiatria até que, no terceiro ano, um acordo foi alcançado: a homossexualidade deixava imediatamente de ser considerada uma doença mental (Greenberg, 2010, p.35). O que se passou foi um *tour de force* em que o aspecto político das definições científicas sobre normalidade e desvio foi evidenciado e dobrado.

Quando gays e lésbicas encontraram condições acadêmicas para pesquisar as homossexualidades, compreensivelmente, o primeiro passo que deram foi no sentido de tomar para si o que já fora objeto de estudo de heterossexuais, frequentemente de forma preconceituosa e/ou patologizante. Esse movimento importante, no entanto, constituiu a esfera de estudos gays e lésbicos como pesquisa de “minorias”, algo comum no contexto racializado de sociedades como a norte-americana. De certa forma, a compreensão da homossexualidade na academia seguia o emergente movimento social ao adotar o modelo étnico-racial predominante historicamente nos Estados Unidos.

O modelo de compreensão das sexualidades deu um salto ao passar do padrão que fazia da homossexualidade um desvio para o que a reconhecia como uma orientação diversa do desejo. De qualquer maneira, ao focar apenas nas homossexualidades, os estudos gays e lésbicos tenderam a manter a heterossexualidade em uma zona de conforto e pressuposto para quase toda a teoria

social. Foi apenas na década de 1980, em meio ao pânico sexual da aids⁵, que pesquisas que mais tarde ganhariam o rótulo de Teoria Queer começaram a desafiar esse pressuposto.

Esses estudos começaram a surgir em diversos países, ainda que com maior reconhecimento e disseminação a partir do poderoso contexto acadêmico norte-americano. A despeito das diferenças nacionais, a epidemia gerou um reconhecido pânico sexual global que foi analisado por diferentes pesquisadorxs. Em comum, elxs sublinhavam como a homossexualidade é um fantasma para a vida social (sintomaticamente compreendida como sinônimo de heterossexualidade). Essas análises dissidentes em relação aos estudos de minorias viam neles um contra-discurso enredado apenas na “defesa” das homossexualidades, ao invés de uma postura de problematizar a hegemonia heterossexual e os intuítos normalizantes que faziam da aids um verdadeiro dispositivo (Perlongher, 1987; Pelúcio e Miskolci, 2009).

São essas dissidências políticas e acadêmicas que emergiram em meio ao pânico sexual da aids, em diversos países, e que deram origem ao que hoje compreendemos como Teoria Queer. Com isso em mente, uma reflexão histórica e social sobre sua origem e expansão convida a questionar a narrativa dominante que a aloca apenas nos Estados Unidos. Tal perspectiva tem uma dupla vantagem, política e epistêmica, ela estende a genealogia queer para outras paragens ampliando/modificando o que se compreende como Teoria Queer no contexto norte-americano e, ao mesmo tempo, quebrando o monopólio sobre uma corrente teórica e de estudos que, desde o princípio, surgiu a partir de fluxos internacionais e de uma problemática global.⁶

É possível compreender Teoria Queer como um termo aberto, usado inicialmente nos Estados Unidos, diga-se de passagem por uma italiana, Teresa De Lauretis, para apontar um olhar crítico e contra-normalizador que seria um denominador comum de uma vasta e diversa produção acadêmica que emergira em meio ao pânico sexual da aids, na segunda metade dos anos oitenta, e já se consolidava na década seguinte.

O pânico sexual marcou empreendimentos intelectuais similares em diversas

⁵ Propositamente escrevo aids em minúsculas como recusa política de transformar a designação de uma doença, portanto um substantivo, em uma sigla cuja redação em maiúsculas colaborou para criar um pânico sexual.

⁶ Há cerca de uma década já, nos Estados Unidos, a Queer of Color Critique vem questionando o caráter branco e de classe-média das análises que primeiro receberam reconhecimento como Teoria Queer. Há, inclusive, uma rediscussão da genealogia queer que busca reconhecer como uma de suas criadoras a feminista chicana Gloria Anzaldúa (cf. Ochoa, 2011).

partes do mundo assim como as mesmas fontes foram articuladas em diferentes contextos nacionais para fazer frente à onda moral conservadora que ganhava força contra o legado da Revolução Sexual das décadas de sessenta e setenta. Não foi apenas nos EUA que pensadores/as da esfera dos estudos de gênero e sexualidade associaram Deleuze, Derrida, Foucault e Hocquenghem, Kristeva, Wittig, entre outros, para criar um contra-discurso politicamente engajado em enfrentar o pânico sexual que repatologizava a homossexualidade como “perigo epidemiológico” (Pelúcio e Miskolci, 2009).

Na América Latina, Néstor Perlongher foi uma das primeiras vozes queer, e sua obra uma contribuição a ser reconhecida em termos mundiais (Miskolci e Pelúcio, 2008). De origem operária na periferia de Buenos Aires, Perlongher formou-se na Universidade de Buenos Aires e se envolveu em lutas anarquistas criticando o machismo reinante na esquerda argentina e pleiteando um diálogo com o feminismo. Fortemente influenciado por leituras filosóficas e psicanalíticas francesas e também pela sociologia do desvio norte-americana, ao mudar para o Brasil encontrou acolhimento para desenvolver suas pesquisas. Seu pensamento se desenvolveu em trânsito, literalmente, entre a Argentina e o Brasil, entre o espanhol e o português, o que resultou muitas vezes em um uso estratégico do “portunhol”, da tradição humanista e política argentina vinculada às ciências sociais brasileiras, em suma, em um pensamento transnacional e fronteiriço que lembra, em sua singularidade-diferença, o de Gloria Anzaldúa.

Seu livro *O que é aids* (1987) é um marco na forma de compreensão política da sexualidade, de maneira que a homossexualidade nele não é mais vista como questão minoritária, antes como parte de uma ordem social assentada sobre o agenciamento do desejo para formas socialmente reconhecidas e coletivamente esperadas. Nisso reside o “parentesco” de suas ideias com outras manifestações emergentes que foram mais rapidamente reconhecidas e chamadas de queer.⁷

O pânico sexual da aids fez da homossexualidade um eixo de diferenças que evocavam fantasmas do mundo ocidental em relação a seu declínio, em particular associando doentes com imigrantes negros e elegendo antigas regiões colonizadas como África e/ou Haiti como pontos de origem da epidemia. Depois da histórica associação da homossexualidade com doença mental (1870-1973) e do breve período

⁷ A leitura dominante de sua obra costuma priorizar *O negócio do michê* (1987; 2008), livro que resultou de sua dissertação de mestrado, em especial a primeira parte dele, mais convencional e centrada na etnografia feita de forma cartográfica deixando em segundo plano, ou até ignorando, a forma iconoclasta como – na parte final – ele a refaz incorporando fontes da filosofia e da psicanálise.

de despsiquiatrização (1973-1981), emergia um novo paradigma patologizante que a tornava um problema epidemiológico. Se antes era um problema social vinculado a um “desvio” individual, agora passa a ser reconhecida como uma ameaça à vida social em uma inflexão tão poderosa quanto ainda não superada.

O pânico sexual da aids evidenciou como o vínculo social se assentava na heterossexualidade compreendida como o elo originário e fundamento da vida coletiva. Tal percepção crítica não era nova, pois na esteira das revoltas homossexuais de fins da década de 1960 e início da década seguinte haviam surgido obras como *O desejo homossexual* (1972) de Guy Hocquenghem. Segundo o intelectual e ativista francês: “A atitude do que se convencionou chamar de ‘a sociedade’ é, sob este ponto de vista, paranoica: sofre de um delírio de interpretação que a leva a captar, em toda a parte, indícios de uma conspiração homossexual contra seu bom funcionamento.” (2009, p.27). Diagnóstico recuperado por Gayle Rubin em seu artigo escrito em meio ao auge da epidemia de aids, “Pensando sobre Sexo” (1984), no qual incorpora a teoria sociológica dos pânicos morais para estudar uma de suas manifestações específicas: os pânicos sexuais.

Quase uma década antes, Rubin, em seu clássico artigo *A troca de mulheres: notas para uma economia política do sexo* (1975), demonstrara analiticamente como a teoria antropológica de Lévy-Strauss e sua ênfase no tabu do incesto como ponto originário da cultura forcluí a proibição anterior e primária da homossexualidade. Assim, evidenciava como as teorias sociais se assentavam em uma ontologia do social e da cultura validada pela recusa/proibição do desejo por pessoas do mesmo sexo. O mesmo se passava na psicanálise, algo analisado em *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Joan W. Scott, por sua vez, menciona que também na sociologia, na qual desde a concepção de solidariedade de Durkheim o pressuposto da heterossexualidade como elo do social já se evidenciava.

O que a sociedade temia na aids era mais do que um vírus ou uma doença, era a própria homossexualidade. O desejo por pessoas do mesmo sexo passou a ser encarado como ameaça à sobrevivência da cultura, o próprio abjeto e obsceno mais temido e cujo horror passou a ser reconhecido nas faces macilentas das vítimas do hiv. Referindo-se diretamente ao pânico sexual ou escrevendo sob seu contexto, autorxs diversxs contribuíram para criar o que compreendemos hoje como Teoria Queer não apenas trazendo à cena o obsceno/abjeto, mas, sobretudo, porque analisaram relações de poder que o tornavam a moldura do (re)conhecido como a sociedade ou a cultura.

Historicamente, a sociologia se refere à sociedade como o conjunto de relações ou fatos sociais que investiga. Formas muito diversas e divergentes de compreender a ontologia do social a que se refere como sociedade são alocadas na disciplina, desde as que enfatizam o conflito, as funcionalistas, as interacionistas, as mistas etc. O mesmo se passa com a antropologia, cujo conceito de cultura, originariamente derivado da concepção de raça do período colonial, foi sendo modificado por diferentes vertentes dentro da própria disciplina (como o difusionismo, o evolucionismo, o materialismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo etc), mas que – de forma geral – pode ser descrita como “modo de vida” ou sistema de significados.

Os saberes insurgentes desde fins da década de 1960, ao focar em eixos de diferenciação subalternizados, operam com uma concepção de sociedade/cultura que prioriza sua articulação constitutiva com o poder e a representação priorizando a compreensão e intervenção políticas no presente. Suas abordagens, desde os Estudos Culturais britânicos até suas vertentes mais atuais, dialogaram criticamente com a teoria social canônica reconhecendo seus feitos, mas sem deixar de apontar e buscar superar suas limitações. É justamente nesse papel crítico e reavaliador que reside sua principal contribuição para o pensamento crítico atual.

A partir do exposto, o que significa hoje, no Brasil, pesquisar de forma comprometida com essa perspectiva crítica e politicamente engajada? Na parte final deste artigo discutirei preliminarmente como criamos saber em uma fronteira tensionada pela manutenção de uma geopolítica do conhecimento que tenta nos alocar na posição de meros aplicadores de teoria do Norte a casos do Sul e, internamente, sob a pressão institucional de nos disciplinarizarmos.

Ao Sul da Teoria e sob a pressão das disciplinas

Por que ainda se pensa a Teoria Queer como uma corrente de pesquisas originária nos Estados Unidos? Qual a razão para a contínua referência – entre nós brasileirxs – aos/às autorxs do Norte como quem nos explicaria? Por que ao invés do diálogo crítico e criativo, adaptado à nossa realidade, ainda vigora uma tendência à incorporação de temas, conceitos e teorias alheios aos nossos contextos particulares?⁸

⁸ Felizmente essa tendência não é geral e contamos com pesquisas que se contrapõem a ela. Para um excelente exemplar de um estudo queer brasileiro feito sem subserviência às fontes estrangeiras consulte o artigo *Queer nos Trópicos* (2012), de Pedro Paulo Gomes Pereira. Desde sua tese de doutorado, de 2004, Pereira vem pesquisando em diálogo crítico com fontes queer e, mais recentemente, tem repensado – à luz das experiências brasileiras – as noções de sujeito e corporalidade em autorxs como Butler e Preciado.

Não tenho respostas cabais a essas questões, mas posso aproximar-me delas por meio de uma reflexão sobre geopolítica do conhecimento ou, em termos mais críticos, de um ensaio de uma economia-política do saber. A proposta é identificar algumas das razões econômicas e políticas responsáveis pela compreensão dominante dos estudos queer como mera aplicação nacional da teoria inventada no Norte.

Ao propor uma economia-política do conhecimento busco destacar que tão importante quanto o poderio econômico e político dos países centrais é seu quase monopólio na definição e circulação das formas de conhecimento autorizadas e reconhecidas como ciência e tecnologia. Connell destaca o corte Norte-Sul nesta divisão desigual, associando o Norte aos polos produtores de “ciência” euro-norte-americanos e o Sul, relegado ao consumo ou aplicação dos modelos teóricos, equivaleria à América Latina, África, Ásia e Oceania. Trata-se de uma divisão geopolítica compreensível, mas que não dá conta de outra que considero fundamental e complementar a esta, a divisão entre saberes construídos e disseminados a partir das demandas e interesses das classes ou grupos sociais dominantes e aqueles criados “por baixo”, a partir de demandas vindas daqueles e daquelas cuja existência social carece de condições materiais, mas também de reconhecimento cultural e jurídico.

Até mesmo nas melhores expressões de pesquisa e teoria feitas no Sul, aspectos de classe, raça-etnia, gênero, sexualidade e nacionalidade raramente foram explorados priorizando os interesses das classes subalternizadas, em especial daquelas cuja existência carece do reconhecimento fundamental de sua humanidade, pessoas marcadas desde cedo pela injúria e outras formas de violência que tornam suas vidas quase pura e simplesmente inabitáveis. É plausível que tenha sido esse eixo em comum entre experiências vividas na abjeção que tenha criado fluxos entre a Teoria Queer vinda do Norte com nossas criadas aqui no Sul. Trata-se de intercâmbio importante e enriquecedor, mas que – não podemos negar – tem sido uma via de mão única.

Ainda que muitos chamem os saberes insurgentes de estudos, como “Estudos Culturais” e “Estudos Feministas”, seu reconhecimento se dá enquanto teoria social. Ainda que indisciplinados, são saberes demandados e reconhecidos dentro da linguagem da teoria. Fato notório no caso dos estudos frequentemente chamados de Teoria Queer, denominação que inicialmente ironizava a autoridade e o poder explicativo do teórico associando-o a uma injúria, um palavrão. Quando o termo teoria passa a ser reconhecido de forma convencional e visto como uma síntese de conceitos aplicáveis a outros contextos então tende a fazer com que estes saberes, que

atentam para desigualdades internas às sociedades mais diversas tendam a reproduzir, em termos de circulação intelectual, o velho imperialismo das teorias do Norte em relação aos estudos empreendidos no Sul Global.⁹

A definição do que é o Ocidente ainda marca, como pressuposto, o reconhecimento e a autoridade do conhecimento produzido no Norte do globo em detrimento do que é feito no resto do mundo. A linha histórica que levou das ciências às disciplinas e, mais recentemente, à emergência dos saberes, não foi suficiente para alterar esta configuração de poder e os fluxos entre áreas consideradas produtoras e consumidoras de conhecimento. O conhecimento do Norte/Centro/Ocidente, mesmo o mais crítico e a partir de demandas “de baixo”, ainda tende a ser reconhecido como teoria enquanto o do sul tende a ser ignorado, impedido de dialogar, antes alocado na posição de interlocutor silencioso/invisível do monólogo teórico euro-americano.

Não se trata de mera imposição das teorias e conceitos ao Sul, mas de uma poderosa hegemonia política, econômica e científica que dá visibilidade e privilegia o que é criado nos Estados Unidos e na Europa relegando o que é feito no Sul a fontes etnográficas ou estudos de caso e, por isso mesmo, pouco afeitos à sua disseminação nos circuitos acadêmicos hegemônicos, em especial nas publicações especializadas. Vale lembrar que as mais poderosas só publicam em inglês e, a despeito de serem chamadas de internacionais, têm suas sedes, pareceristas e comitês fincados nos países centrais e suas redes de produção de conhecimento.

Não basta apenas reconhecer a existência dessa hegemonia ou articular um discurso de réplica ou defesa do Sul, antes analisar como ela se constitui, inclusive, com o apoio dos que são subalternizados. Desde *Orientalismo* (1978), de Edward W. Said, sabemos que interrogar o local supostamente neutro a partir do qual se criaram as ciências e o modelo euro-americano de sociedade exige elucidar a maquinaria de produção de saber sobre os Outros, os objetos de conhecimento, particularmente os construídos por esses saberes autorizados como não-ocidentais. Forte crítica às ciências sociais e humanas criadas a partir do centro e que não as exime nem mesmo por suas supostas boas intenções presentes.

Gayatri Spivak (2010), no final da década de 1980, fez aquela que talvez seja a questão mais espinhosa: qual o papel dos intelectuais (ocidentais ou não) na relação

⁹ Não por acaso, alguns têm optado pelo uso do termo estudos queer para se referirem à vasta e diversa produção criada em uma perspectiva atenta aos processos normalizadores, em especial na esfera da sexualidade. O termo “estudos” evita o caráter sistematizador da tradicional teoria, o que não significa o abandono da compreensão dos fenômenos estudados, antes a recusa de serem tomados como modelares, portadores de conceitos e/ou teorias que poderiam ser “aplicados” sem respeitar os diferentes contextos e a proliferação de diferenças com as quais parecem estar comprometidos (*committed*).

com os socialmente subalternizados? Sua crítica a Foucault e Deleuze busca sintetizar os limites de um conhecimento crítico fincado na realidade euro-americana e mostra que, na maior parte do mundo, os subalternizados não podem falar, e a posição social dos intelectuais exige que eles estejam atentos às condições econômicas e políticas desiguais, mas também como a produção e circulação do conhecimento se articula a elas consolidando-as. Um saber feito a partir do que se convencionou chamar de *Ocidente* – ou simplesmente a partir de seus valores e conceitos – ignora ou minora fenômenos como maneiras diversas – e até desesperadas, como no caso dos suicídios de mulheres na Índia – de demanda de reconhecimento político.

Spivak alerta que o descentramento do sujeito do conhecimento não é completo sem seu descentramento geopolítico. Segundo sua análise, a teoria crítica pós-estruturalista ocidental pode servir à manutenção de um olhar do centro sobre o resto do mundo em meio a um momento histórico em que isto pode ser contestado e modificado. Crítica também feita pela vertente descolonial latino-americana, a qual analisou criticamente a própria inserção dos pós-coloniais vindos da Ásia em uma esfera acadêmica anglicizada que ressalta as relações do Ocidente com sua área de origem sem dar conta de outras relações constituídas, por exemplo, com a América Latina e a África.

Pensadores descolonias como Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e Ramón Grosfoguel buscam visibilizar a herança histórica e as particularidades de culturas criadas por outros colonialismos, como o espanhol e português, assim como sua posição no mundo os faz sublinhar que o espaço linguístico inglês é constitutivo dos fluxos de produção e circulação de saber hegemônicos. Esta singularidade latino-americana também problematiza o Sul Global de analistas como Connell, no qual insere a Austrália, por exemplo, um país cuja história de colonização também tem como referente a Inglaterra, e cuja área acadêmica tem inserção privilegiada em termos internacionais quando vista pelos olhos de nós, sul-americanos.

Um mapeamento das relações entre centros produtores e consumidores de conhecimento sobre o social mostra que o corte Norte-Sul é muito impreciso já que muitos países periféricos academicamente encontram-se no Norte, caso do Japão, e há exceções no Sul, como a Austrália. Como afirma Larissa Pelúcio: “as fronteiras traçadas entre Norte e Sul são mais porosas e penetráveis do que nos fizeram crer. Centros sempre tiveram suas periferias, e as periferias, por sua vez, sempre tiveram seus centros.” (2012, p. 412). O que faz pensar na própria posição do Brasil no atual contexto das trocas intelectuais desde que passou a ganhar visibilidade na arena

política e econômica internacional.¹⁰

A compreensão destes fluxos e hierarquias da produção e circulação do conhecimento pode ser menos dependente de uma geografia física e mais delimitada como resultado das desigualdades econômicas e políticas que permitiram chamar os países imperialistas de Ocidente e suas ex-colônias de não-Ocidentais. A divisão geopolítica se replica em outras como a famosa oposição modernidade e tradição, na qual vigora alocações temporais, presente e passado, ou seja, dentro da qual sempre ocupamos o espaço/tempo do atraso.

Apesar das limitações, a divisão entre Ocidente (*West*) e Resto (*Rest*) apontada pelos pós-coloniais ainda parece capaz de fornecer elementos para compreender a economia-política do conhecimento, mesmo porque ressalta as origens coloniais e imperiais da configuração do conhecimento. De qualquer forma, precisa ser expandida para incluir um *Rest* cuja experiência histórica e cultural do colonialismo é distinta das ex-colônias britânicas, em particular a América Latina.

Os binarismos dos cortes Norte-Sul, Centro-Perifeira, *West/Rest* são simplistas também porque nem todo conhecimento produzido no Norte-Centro-Ocidente é benéfico aos seus interesses – interna ou externamente – assim como apenas parte da produção do Sul-Periferia-Não-Ocidental contesta ou mantém um diálogo crítico com os interesses hegemônicos locais ou internacionais. Há, portanto, um vínculo político anterior ao geopolítico, que delimita os comprometimentos ou compromissos das pesquisas. É esse vínculo que fez com que nós, *brasileir@s*, passássemos a ler nossos colegas queer do Norte com tanto interesse na última década. E é a falta dele que nos mantém quase ignorados por lá.¹¹

Nossa recepção e reinvenção do saber queer, no entanto, se deu dentro de ao menos dois enquadramentos problemáticos. O primeiro é a mencionada tendência de incorporação da teoria do Norte sem a devida crítica ao imperialismo da troca ou da recepção colonizada. Nos termos de Larissa Pelúcio (2012, p. 412-413):

Na geografia anatomizada do mundo, nós nos referimos muitas vezes ao nosso lugar de origem como sendo “cu do mundo”, ou a fomos sistematicamente localizando

¹⁰ Há diversos fatos que nos fazem pensar em como nosso país tem se deslocado da periferia para o centro ou, ao menos, para uma posição internacional menos marginal na produção e disseminação do conhecimento científico. Não foi por mero acaso, por exemplo, que o congresso internacional *Queering Paradigms IV*, o primeiro fora do universo acadêmico anglo-saxão, teve lugar no Brasil. Nossa produção na área é inovadora e, sobretudo, a esfera acadêmica nacional passou por uma grande ampliação na última década tanto na contratação de novos profissionais como no aumento das verbas para pesquisa, revistas científicas e projetos de cooperação internacional. São fatos diretamente articulados a um projeto de inserção do Brasil na arena econômica e política internacional.

¹¹ Uma das possíveis soluções para modificar esse cenário é a criação de projetos de pesquisa colaborativos nos quais o diálogo e as trocas sejam incentivados em uma via de mão-dupla.

nesses confins periféricos e, de certa forma, acabamos reconhecendo essa geografia como legítima. E se o mundo tem cu é porque tem também uma cabeça. Uma cabeça pensante, que fica acima, ao norte, como convém às cabeças. Essa metáfora morfológica desenha uma ordem política que assinala onde se produz conhecimento e onde se produz os espaços de experimentação daquelas teorias.

Diante do exposto, seriam vertentes disciplinares na área de pesquisa em sexualidade no Brasil capazes de representar uma alternativa ou resistência à atual economia-política do conhecimento? Nos Estados Unidos, aqueles que já foram saberes insurgentes e hoje em dia já se consolidam como correntes de pensamento influentes conseguiram se institucionalizar formando departamentos próprios ou encontrando acolhida nas humanidades. No Brasil, eles não constituíram departamentos, apenas alguns núcleos de pesquisa interdisciplinares, arranjo em que pesquisadorxs permaneceram aloca-dxs nos departamentos tradicionais, o que explica – ao menos em parte – a tensão entre uma identidade disciplinar/profissional e o compromisso político.

O conhecimento científico disciplinar, por sua própria história institucional e profissional, até hoje tendeu a corroborar as divisões geopolíticas mencionadas ou, quando as questiona, ainda o faz em uma perspectiva fundada no corporativismo profissional e não no compromisso político com os marginalizados sociais. Vale lembrar os laços historicamente indissociáveis entre disciplina e normalização, entre uma forma de produzir conhecimento e mecanismos de validação assentados em bases como o culto de mitos fundadores, “clássicos”, associações fechadas e metodologias de pesquisa cuja importância se deve menos à sua eficácia analítica do que na definição de uma divisão do trabalho, de quem é autorizado a pesquisar e qual produção será considerada apta a circular e ser citada.

O pesquisador colombiano Eduardo Restrepo, buscando organizar de forma sofisticada estes fluxos hegemônicos, se apropria criativamente do conceito de sistema mundo de Wallerstein:

O sistema mundo deve pensar-se não apenas nos registros mais óbvios de uma ordem econômica ou política mundial, mas que também passa por aspectos mais sutis como as configurações culturais ou, ampliando-o ao que nos interessa, a organização de campos disciplinares ou transdisciplinares. A partir da perspectiva do sistema mundo, estes campos supõem uma densa rede de relações de fluxos e hierarquias, em que alguns estabelecimentos acadêmicos de certos lugares do mundo se encontram melhor posicionados que outros para definir os termos e as condições das discussões no interior de cada campo. (RESTREPO, 2012, p. 183)

Em outros termos, é nesses fluxos hierarquizadores nos quais nos inserimos para fazer pesquisa e dialogarmos. As desigualdades que denomino de econômico-políticas marcam não apenas as relações entre Norte e Sul, mas também as dentro de

cada esfera científica que alguns não titubeiam em denominar de mercado acadêmico. Considero que não se trata exatamente de um mercado, mas um campo de atuação, as disciplinas, em que a principal moeda é o reconhecimento interno, esse bem escasso, altamente disputado e injustamente distribuído.

É nesse contexto que, alguns – apegados à formação profissional – poderiam afirmar que as disciplinas hoje são um rótulo profissionalizante sob o qual se alocam formas as mais diversas e contraditórias de produzir conhecimento. Trata-se de uma leitura “internalista” que propõe uma “reforma” de suas respectivas disciplinas ao invés de uma reconfiguração na produção do conhecimento que as abriria ao contato com outras disciplinas e saberes sem o temor de dissolver suas fronteiras. Nesta linha de contribuições críticas se inserem trabalhos recentes de talentosos sociólogos como Boaventura de Souza Santos e, em parte, também a já mencionada obra de Raewyn Connell. Suas pesquisas e reflexões não temem a incorporação das contribuições pós/descoloniais, feministas ou mesmo dos Estudos Culturais.

No caso de cientistas sociais dos antigos países colonizados, alguns afirmam que as disciplinas em que atuam podem ser apenas um espaço comum para o que Veena Das chama de comunidades de conversação ao afirmar que a antropologia, na Índia e no Brasil, ao invés de uma disciplina, poderia ser compreendida como um espaço de criação de conhecimento a partir de realidades locais. Outros, como o antropólogo colombiano Eduardo Restrepo, são mais críticos com relação ao poder da antropologia em estabelecer os limites do que é possível pensar (2012, p. 43-44) enfatizando os processos de normalização e subjetivação envolvidos no aprendizado profissional-disciplinar.¹²

Na perspectiva de Restrepo é possível pensar em formas diversas e alternativas de produção de conhecimento, supra-disciplinárias e, sobretudo, mais atentas às condições políticas em que elas se inserem, o que sublinha a partir de uma reflexão de Néstor García Canclini: “Para saber como conhecer melhor é necessário conhecer melhor como nos organizamos para conhecer: como se interiorizam em nós hábitos metodológicos e estilos de investigação que consagram as instituições e os dispositivos de reconhecimento.” (1991, p. 62)

A configuração institucional interfere profundamente na agenda de pesquisa e na constituição de redes acadêmicas. A identificação disciplinar tende a fechar áreas de investigação e direcioná-las aos interesses institucionais em detrimento da

¹² Sobre uma perspectiva crítica da antropologia na perspectiva dos estudos culturais consulte a primeira parte do livro *Antropología y Estudios Culturales: disputas y confluências desde la periferia* (2012), de Eduardo Restrepo, a qual é intitulada “Hacia una antropología crítica de la antropología” pp.21-120.

democratização do campo de pesquisa, a inclusão de perspectivas diversas e o compromisso político. Soluções mistas, como a de constituição de áreas disciplinares comprometidas com um dos saberes das diferenças, por exemplo, internamente marca posição como linha de pesquisa, mas segrega pesquisadorxs de outras disciplinas e áreas, xs quais passam a ser vistxs como “competidores” na esfera acadêmica. O compromisso político com um saber crítico é reduzido a uma especialidade seguindo a lógica do mercado profissional e da reserva de mercado.

Em seu ensaio “Can the ‘Other’ of philosophy speak?” (2004), Judith Butler apresenta e discute sua experiência como criadora de obras sobre gênero e Teoria Queer e como isso a distanciou de sua suposta “especialidade” acadêmica. Segundo ela, o interesse que guiou seus estudos foi ético e político, não profissional e especializante, daí sua atuação intelectual não seguir, tampouco reconhecer, as fronteiras disciplinares ou departamentais. Coerente com o tema do livro que encerra, *Undoing Gender*, o ensaio explora o compromisso ético-político de Butler que, ao invés de a disciplinar em busca de reconhecimento entre outrxs filósofxs, a desfez como filósofa de maneira que sua obra tornou-se felizmente “impura” graças ao diálogo e as trocas com outros saberes.

No contexto disciplinar brasileiro, infelizmente, há uma tendência de seleção de autorxs, teorias e conceitos que buscam evitar o abalo de concepções estabelecidas sobre a disciplina de atuação,¹³ quer sejam seus mitos de origem, “clássicos” e métodos de pesquisa, em suma, o conjunto simbólico frequentemente acionado para justificar a autoridade sobre um objeto ou área de investigação. Daí considerar que a apropriação seletiva do que se convencionou chamar de Teoria Queer dentro de um enquadramento estritamente disciplinar pode até ser encarada (ou defendida) como uma tentativa de se contrapor à economia-política do conhecimento criticada aqui, mas seu resultado, dentro de nosso país, é o de priorização do corporativismo e das demandas institucionais em detrimento do compromisso político e da aliança com os saberes das diferenças.

Os saberes vieram problematizar o pensamento disciplinar, são indisciplinados no sentido de tensionarem a epistemologia e a ordem institucional que tendem a normalizar as disciplinas, o que não significa, de forma alguma, que abram mão do

¹³ Vale mencionar o reducionismo que o termo disciplina traz já que não há homogeneidade tampouco consenso internacional sobre as fronteiras e os fundamentos delas. Há variações enormes entre o que cada realidade nacional define como a sociologia, a antropologia ou a ciência política. Talvez seja melhor pensar em cada disciplina como uma comunidade imaginada localmente. Os grupos mais poderosos dentro de cada uma definem suas fronteiras por meio da seleção de quem pode participar dela, o que envolve a direção de associações, controle dos comitês editoriais e de assessoramento especializado nos órgãos de fomento.

rigor analítico. Uma das características das melhores criações feministas, pós/descoloniais e queer é sua análise crítica, a qual – muitas vezes – supera o de criações feitas dentro de enquadramentos disciplinares. Esse olhar crítico, ao mesmo tempo político e intelectualmente cuidadoso, tem reavaliado a produção acadêmica criticando os comprometimentos institucionais e as restrições políticas em que foram criados.¹⁴

Alguns feminismos da diferença, estudos descoloniais e queer formam um bloco de saberes cujo comprometimento político e ético os torna incômodos para as tradições disciplinares. O diálogo deles com as disciplinas é profundamente crítico não porque aspirem substituí-las, antes abalar seus pressupostos comprometidos com uma ordem social historicamente construída pela negação ou administração das diferenças. Sua incorporação seletiva tende a ser domesticada de forma que suas maiores contribuições são deixadas de fora, ignoradas ou desqualificadas. Uma verdadeira incorporação dos saberes das diferenças inevitavelmente abalará as fronteiras disciplinares incentivando o contato entre diversas áreas do conhecimento o que, por sua vez, virá a modificar suas epistemologias.

Refletir sobre os estudos queer como um dos saberes insurgentes que vieram tensionar a produção de conhecimento disciplinar vinculada aos interesses acadêmico-profissionais é uma maneira de compreender o que eles trouxeram de novo e provocador, o que, sugiro nesse artigo, vai muito além de novos conceitos ou teorias. Daí o caráter normalizador de sua mera incorporação seletiva em pesquisas disciplinares, as quais mantêm seu compromisso preferencial com as instituições estabelecidas e as redes de investigadorxs que lhes dá suporte. O comprometimento disciplinar com o social como esfera “administrável” (de)limita sua atuação enquanto as formas emergentes de compreensão-intervenção na cultura se apoiam em um compromisso político contra-disciplinar, de reavaliação da “ordem” que permanece ou se reatualiza como centro gravitacional em torno do qual – desde o século XIX – gravitam as teorias sociais hegemônicas.

É dentro desse contexto pressionado, externamente por uma economia-política do saber, quanto, internamente, por demandas disciplinarizadoras, que estamos criando um saber queer no Brasil. Não é de se estranhar que a melhor acolhida a essas reflexões se deem em contextos interdisciplinares e entre aqueles/as que, mesmo tendo formação disciplinar ou alocados em departamentos especializados, se reconhecem e priorizam o pensamento crítico e o compromisso político com os ainda

¹⁴ Vale lembrar o rigor intelectual e a coragem de colocar em xeque sua própria formação disciplinar de feministas como as já mencionadas Gayle Rubin, Judith Butler e Joan W. Scott.

subalternizados. É desse eixo ético que surge sua produção e atuação. Trata-se de um espaço difícil de criação para alguém que enfrenta as demandas disciplinares, mas também profícuo e desafiante.

Talvez seja possível definir nosso espaço criativo como o do próprio obsceno/objeto brevemente analisado na parte anterior deste artigo: uma posição que exige um trabalho crítico sobre as próprias condições em que criamos conhecimento. Pesquisamos nessa condição de alteridade interna a uma disciplina ou especialidade criando ideias que incomodam por sua impureza. Segundo Mary Douglas, em *Purity and Danger: an analysis of the concept of pollution and taboo*, o objeto é, antes de tudo, o que incomoda a ordem, coloca em xeque sua aspiração à pureza e, portanto, a ameaça com os contatos e as trocas, por isso é possível compreender um saber queer como o que problematiza tanto a economia-política do conhecimento vigente quanto as pressões disciplinadoras. É entre e contra essas forças hierarquizantes e normalizadoras que o queer encontra a sua própria necessidade de florescer, resistir e se insurgir.

Referências

Adelman, Miriam. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre o feminismo e a sociologia contemporânea*. Blucher, Curitiba, 2009.

Butler, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. Can the “Other” of philosophy speak? In: *Undoing Gender*. New York/London: Routledge, 2004.

Canclini, Néstor García. “Construcción o simulacro del objeto de estudio? Trabajo de campo y retórica textual”, *Alteridades*, 1991, n.1, pp.58-64.

Connell, Raewyn. O Império e a criação de uma ciência social In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012, v.2 n.2, pp. Online em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/85> Visitada em 08/11/2013.

_____. *Southern Theory: the global dynamics of knowledge in social science*, Polity Press, Cambridge, 2007.

Das, Veena. *Critical events*. Oxford University Press, Oxford, 1995.

Douglas, Mary. *Purity and Danger: an analysis of concept of pollution and taboo*. London/New York, Routledge, 2010.

Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes, São Paulo, 2000.

Greenberg, Gary. Gay by choice? The Science of Sexual Identity In: *Sex Matters: the sexuality and society reader*. Boston: Pearson, 2010. pp. 33-37

Hocquenghem, Guy. *El deseo homosexual*. Barcelona: Melusina, 2009.

Kristeva, Julia. *Powers of Horror: an essay on abjection*. New York, Columbia University Press, 1982.

Ochoa, Marcia. Diáspora *Queer*: mirada hemisférica y los estudios queer latinoamericanos In: Balderston, Daniel & Castro, Arturo Matute. *Cartografias queer: sexualidades y activismo LGBT en América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Latinoamericana, 2011, pp. 251-257.

Miskolci, Richard e Pelúcio, Larissa. Aquele não mais obscuro objeto do desejo. In: Perlongher, Néstor. *O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

Pelúcio, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012, v.2 n.2, pp. Online em:

<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>

Visitada em 08/11/2013.

Pelúcio, Larissa e Miskolci, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro, IMS-UERJ, 2009, n.1, pp. 125-157.

Disponível online em: [http://www.e-](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29)

[publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29) Vistada em: 09/11/2013

Pereira, Pedro Paulo Gomes. Queer nos Trópicos In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012, v.2 n.2, pp. Online em:

<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88>

Visitada em: 09/11/2013

Perlongher, Néstor. *O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008 [1987].

_____. *O que é aids?* São Paulo, Brasiliense, 1987.

Restrepo, Eduardo. *Antropología y estudios culturales: disputas y confluencias desde la periferia*, Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 2012.

Rubin, Gayle. The traffic in women: notes on the political-economy of sex In: Reiter, Rayna. *Toward of an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press, 1975.

_____. Thinking Sex: In: ABELOVE, Henry et alli. *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York/London, Routledge, 1992.

Said, Edward W. *Orientalism*. Routledge, London, 1978.

Santos, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-*

modernidade, Cortez, São Paulo, 1995.

Scott, Joan W. Gender: a useful category for historical analysis In: *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989.

Spivak, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG, Belo Horizonte, 2009.